

Os resultados de uma pesquisa ainda inédita colidem com a convicção da maioria dos brasileiros de que o Congresso funciona mal porque os partidos, salvo exceções, não passam de ajuntamentos de políticos que só querem saber dos próprios interesses e não ligam a mínima para princípios ou programas. O estudo contesta a imagem convencional de que o Legislativo tem partidos demais, coerência de menos e disciplina nenhuma, razão por que cada votação acaba sendo uma loteria, com resultados frequentemente viciados pelo fisiologismo.

Ao contrário, o levantamento realizado para o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap) pelos cientistas políticos Fernando Limongi, da USP, e Argelina Figueiredo, da Unicamp, parece indicar que nem o entra-e-sai nos partidos nem a profusão de siglas afetariam o que mais interessa no trabalho legislativo: o destino dos projetos. (Só este ano, 24 deputados federais trocaram de legenda, mudando a composição de 13 das 18 bancadas.) Os pesquisadores examinaram as 316 votações ocorridas na Câmara entre 1989 e 1993. Para descobrir como se comportaram as bancadas e as lideranças partidárias



Fisiologismo, quem diria, parece não existir como rotina no Congresso

em cada caso, levaram ao microscópio 247 encaminhamentos de votação e 202 votações nominais. Suas conclusões sugerem que os partidos têm identidade nítida e afinidades doutrinárias consistentes, a maioria absoluta dos deputados vota conforme a orientação dos líderes e as pequenas e médias bancadas não são menos coerentes e disciplinadas do que as grandes. Conhecendo-se as posições das lideranças, quando os partidos fe-

cham questão em relação a um projeto, o desfecho da votação é altamente previsível. Regra geral, o colégio de líderes escolhe se e quando um projeto irá à votação. É, portanto, o centro do poder no Congresso e a peça que assegura o funcionamento de suas engrenagens. A análise dos encaminhamentos identifica, da direita para a esquerda, três blocos partidários: PPR (PDS na época da pesquisa), PFL e PTB; PMDB e PSDB; PDT e PT. "As coalizões contíguas são a regra", escrevem os pesquisadores. "A probabilidade de que dois partidos adjacentes votem de maneira análoga é sempre maior do que no caso de partidos não adjacentes." O PT e o PDT, por exemplo, fizeram coro em 75% dos casos. O PDS, o PFL e o PTB também decidiram do mesmo

modo em 65% das vezes. A opção preferencial do PMDB é pela direita: 64% de afinidade com o PFL, e apenas 41% com o PDT e 35% com o PT. A inclinação do PSDB é igualmente nítida — em sentido contrário. Em cada cem votações, os tucanos somaram 54 vezes com os petistas e 53 com os pedetistas. Uniram-se ao PFL e ao PDS em não mais de 45 situações. O quadro geral indica um padrão ideológico bastante definido.

Segundo a pesquisa, os deputados são fiéis ao dito "manda quem pode, obedece quem tem juízo". Na pior das hipóteses, 85% dos membros de qualquer bancada tendem a votar de acordo com as lideranças. Algumas bancadas, naturalmente, são mais obedientes que outras — e a diferença está na ideologia. A disciplina será tanto maior quanto mais doutrinarior for o partido; e, entre estes, os de esquerda são os mais unidos. Numa escala de zero a cem, o índice de coesão do PT alcança 95 pontos, enquanto o do PFL fica em 78. Entre os tucanos e peemedebistas, é da ordem de 73 pontos. A bancada menos confiável era a do PTB: mesmo ali, no entanto, a obediência chega na média a 69 pontos.

Chama a atenção o fato de que, tirando a esquerda, a disciplina em cada partido varia conforme a posição assumida pelos demais. Quando os líderes da direita marcham unidos, a coesão nas bancadas do PDS e do PFL se aproxima dos 90 pontos. Do contrário, a disciplina interna cai a pouco mais da metade. O grau de coesão das bancadas não seria, portanto, arbitrá-

rio nem condicionado pelos interesses individuais dos deputados.

Os pequenos partidos de esquerda votam de maneira similar, acompanhando PT e PDT. Os 17 pequenos e médios partidos considerados de direita proporcionam uma grande surpresa: se fossem agrupados numa só legenda, deduzem os pesquisadores, seus membros seriam mais disciplinados que os do PTB, por exemplo. Em suma, nem à esquerda, nem à direita, os partidos menores seriam fator de perturbação do processo legislativo. O fisiologismo, quem diria, parece não existir como rotina: não haveria espaço político, nem necessidade, para a troca de votos por cargos, verbas ou outras vantagens — o pecado de que mais comumente se acusa os parlamentares brasileiros.

Partidos consistentes e bancadas coesas produziram um plenário previsível, como os dos parlamentos altamente estruturados das democracias estáveis do Hemisfério Norte. Em média, de cada cem deputados, sem distinção de legendas, 89 votaram de acordo com os líderes das respectivas bancadas no período estudado e o resultado das votações confirmou as previsões em 90% dos casos. "A Câmara dos Deputados", asseguram os pesquisadores, "é bem mais simples do que se imagina." Pelo sim, pelo não, conviria que o Congresso levasse em conta esses dados tão inesperados, antes de aprovar a reforma da legislação partidária eleitoral.